

Insegurança Alimentar na Amazônia Brasileira – dilemas e desafios para superação do grave quadro de Mapa da Fome

Coordenador: Otavio Valentim Balsadi – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Apresentadores(as): Ana Felicien (Bolsista do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS); Dalva Maria da Mota (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa); Mauro Eduardo DelGrossi (Universidade de Brasília – UnB).

Justificativa

O eixo principal de discussão do XVI Congresso Mundial de Sociologia Rural e do 64th Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural será "**Políticas para a Natureza, Alimentação e Nutrição em tempos de incerteza e mudanças climáticas**", bastante oportuno e relevante para os desafios colocados para a sociedade e para os governos em seus diferentes níveis (local, regional, nacional e internacional).

Em 2025, tal qual já havia ocorrido em 2014, de acordo com o critério técnico adotado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil saiu do Mapa da Fome. Para isso, no triênio 2022-24, o país registrou, em média, menos de 2,5% da sua população em situação de insegurança alimentar grave. Comparativamente ao triênio anterior (2021-23), cerca de 7,0 milhões de pessoas saíram da situação de vulnerabilidade por passarem fome.

Segundo Meza (2025), “a experiência brasileira mostra que combater a fome vai muito além da oferta de alimentos - exige coerência nas políticas públicas, participação social ativa e vontade política. Sair do Mapa da Fome não é apenas um dado estatístico, mas a reafirmação de um pacto nacional baseado em direitos, que coloca a dignidade humana no centro das decisões”.

Se no agregado nacional a situação foi favorável, quando se olha com mais cautela os dados regionais e estaduais, o quadro apresenta-se bem mais heterogêneo e desafiador, pois há vários e importantes espaços dentro do território brasileiro que ainda apresentam índices de insegurança alimentar grave bem acima daquele exigido pela FAO para saída do Mapa da Fome. É o caso da Região Norte, que na média dos anos de 2023 e 2024 apresentou um valor de 7,7% de sua população em situação de insegurança alimentar grave, segundo dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Dos seus Estados componentes, apenas Rondônia apresentou valor abaixo dos 2,5% exigidos pela FAO (média de 2,3% no biênio 2023-24).

Em função do exposto, o objetivo principal desta Sessão Organizada (SORG) é trazer à tona alguns aspectos e desafios para a efetiva promoção do direito humano à alimentação, com foco na região Norte e um olhar mais atento para a Amazônia, onde o paradoxo entre a biodiversidade e suas possibilidades de um desenvolvimento sustentável e equitativo saltam aos olhos, evidenciando o quão desafiador e complexo ainda é, no contexto das políticas públicas, eliminar a fome em um dos principais biomas brasileiros.

Resumos Expandidos – Breve Introdução

Trazendo a discussão mais próxima para o contexto da Amazônia brasileira, Mota et al (2024) e Graziano da Silva & Magro (2025) já haviam mostrado que, apesar dos avanços observados no agregado do Brasil e outras regiões e Estados, na região Norte a situação era bem mais complexa.

Mesmo com os avanços do biênio 2023-24, é notório que “os grupos mais vulneráveis continuam sendo os das mulheres, das pessoas pretas e pardas, dos moradores de áreas rurais e das famílias de baixa escolaridade, para além da dimensão da renda. Reiterando que a insegurança alimentar é atravessada por desigualdades de gênero, raça, escolaridade e renda” (Graziano da Silva & Magro, 2025).

Tabela 1: Porcentagem de domicílios e de pessoas com Insegurança Alimentar Grave, Brasil, Região Norte e seus Estados, 2023-2024

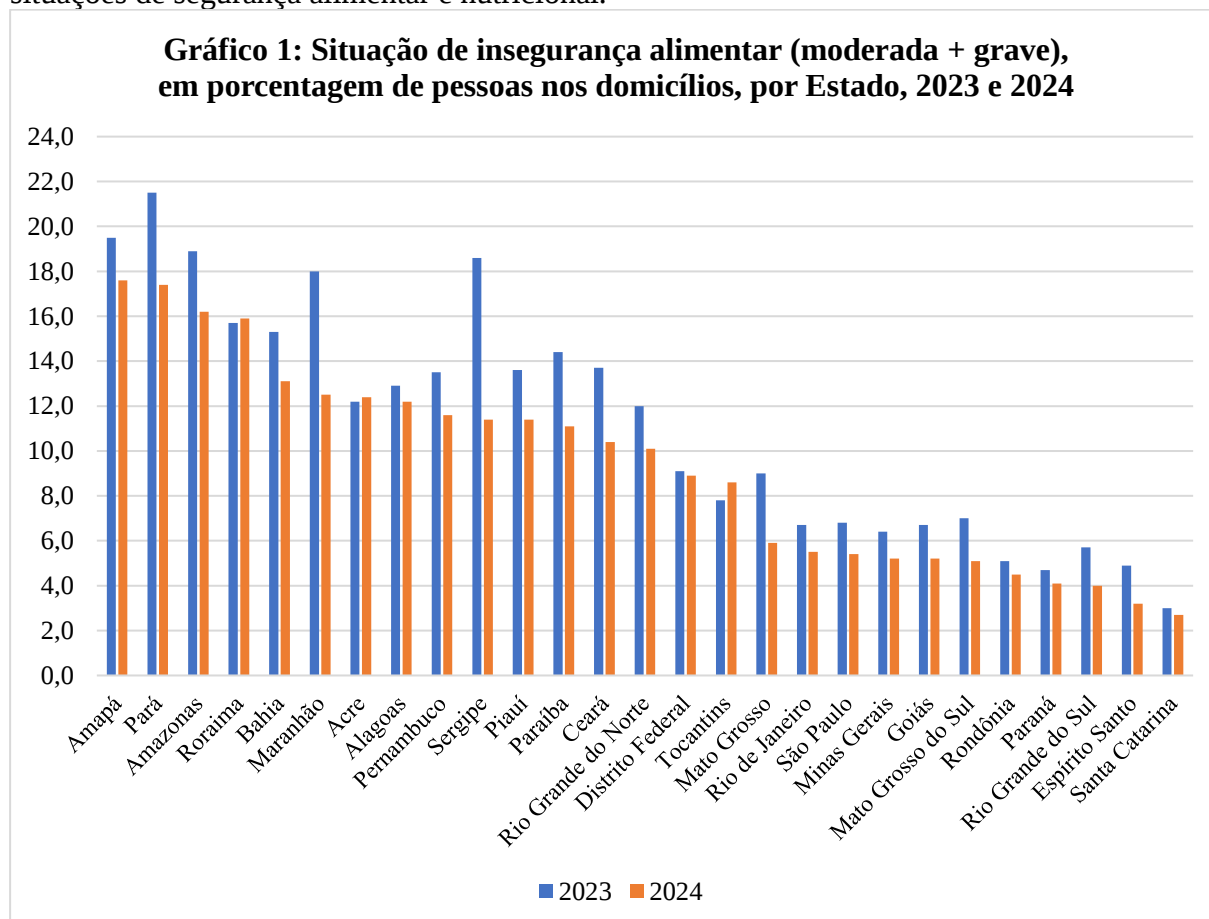
Brasil, Região Norte e Estados	Situação de insegurança alimentar grave (%)			
	Domicílios		Pessoas	
	2023	2024	2023	2024
Brasil	4,1	3,2	4,0	3,1
Região Norte	7,7	6,3	8,6	6,7
Rondônia	2,9	1,9	2,8	1,8
Acre	5,8	5,9	6,2	6,9
Amazonas	9,1	7,2	10,3	8,0
Roraima	6,7	6,7	7,3	6,7
Pará	9,6	7,0	10,3	7,1
Amapá	8,4	9,3	8,7	10,2
Tocantins	2,6	4,3	2,6	4,3
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 4º trimestre.				

Tabela 2: Porcentagem de domicílios e de pessoas com Insegurança Alimentar Moderada + Grave, Brasil, Região Norte e seus Estados, 2023-2024

Brasil, Região Norte e Estados	Situação de insegurança alimentar moderada + grave (%)			
	Domicílios		Pessoas	
	2023	2024	2023	2024
Brasil	9,4	7,7	9,5	7,7
Região Norte	16,0	14,1	17,5	14,9
Rondônia	5,1	4,9	5,1	4,5
Acre	11,4	10,6	12,2	12,4
Amazonas	17,3	14,5	18,9	16,2
Roraima	14,7	15,9	15,7	15,9
Pará	20,4	17,1	21,5	17,4
Amapá	18,3	16,3	19,5	17,6
Tocantins	7,6	8,7	7,8	8,6
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 4º trimestre.				

Os dados das Tabelas 1 e 2 corroboram a situação de insegurança alimentar e nutricional que persiste na região Norte e seus Estados, onde os índices de insegurança alimentar grave e moderada mostram-se bem acima da média nacional. Apenas em Rondônia e Tocantins, a situação é mais favorável.

O Gráfico 1 reforça o que foi abordado anteriormente. Dos cinco Estados em pior situação de insegurança alimentar e nutricional, quatro estão na região Norte (Amapá, Pará, Amazônia e Roraima). Enquanto isso, Rondônia aparece entre os cinco Estados em melhores situações de segurança alimentar e nutricional.



Os dados das Tabelas 3 e 4 mostram que nos quesitos gênero e raça a situação amplamente desfavorável das mulheres e das pessoas não brancas não é situação exclusiva da região Norte, ou de qualquer outra região do Brasil. Trata-se de fenômeno estrutural, histórico e amplamente perceptível em todo o território nacional.

Retomando Graziano da Silva & Magro (2025), é preciso reforçar que, “apesar de queda, a Amazônia Legal segue como epicentro da insegurança alimentar: o ganho de renda do trabalho não foi suficiente para reduzir o impacto dos custos logísticos e choques climáticos, mantendo prevalências bem acima da média nacional. Os números anteriormente analisados mostram que o Brasil avança, mas a fome persiste onde a pobreza, o isolamento territorial e a vulnerabilidade climática são mais intensos. Em 2024, a região Norte continua a exibir a situação mais crítica: 37,7% dos domicílios vivem algum grau de insegurança alimentar e 6,3% enfrentam o nível grave. No Pará, 44,6% das famílias estão em insegurança alimentar e 7,0% em situação grave; no Amazonas, 38,9% e 7,2%, respectivamente. Esses índices mantêm a Amazônia Legal como epicentro da fome no país, ainda que o recuo nacional aponte leve melhora também nesses estados. No conjunto da Amazônia Legal (AML) — que inclui

Amazonas, Pará, Maranhão, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, Amapá e parte do Mato Grosso —, estima-se que cerca de 35,0% dos domicílios estejam em algum grau de insegurança alimentar, contra 38,0% em 2023. A redução, embora relevante, ainda é modesta diante do patamar de vulnerabilidade”.

Tabela 3: Porcentagem de domicílios com Insegurança Alimentar Moderada + Grave, segundo a pessoa de referência, Brasil, Regiões e Estados da Região Norte, 2023-2024

Brasil, Regiões e Estados do Norte	Pessoa de Referência no Domicílio			
	Homem		Mulher	
	2023	2024	2023	2024
Brasil	40,1%	39,9%	59,9%	60,1%
Nordeste	38,9%	39,3%	61,1%	60,7%
Centro-Oeste	40,5%	42,9%	59,5%	57,1%
Sudeste	39,2%	38,9%	60,8%	61,1%
Sul	42,3%	38,9%	57,7%	61,1%
Norte	44,4%	43,0%	55,6%	57,0%
Rondônia	41,6%	43,6%	58,4%	56,4%
Acre	35,5%	43,8%	64,5%	56,2%
Amazonas	40,7%	41,4%	59,3%	58,6%
Roraima	44,3%	39,9%	55,7%	60,1%
Pará	47,2%	44,2%	52,8%	55,8%
Amapá	43,4%	35,6%	56,6%	64,4%
Tocantins	35,8%	44,4%	64,2%	55,6%
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 4º trimestre.				

Tabela 4: Porcentagem de domicílios com Insegurança Alimentar Moderada + Grave, segundo a pessoa de referência, Brasil, Regiões e Estados da Região Norte, 2023-2024

Brasil, Regiões e Estados do Norte	Pessoa de Referência no Domicílio			
	Outra Cor		Preto ou Pardo	
	2023	2024	2023	2024
Brasil	26%	26%	74%	74%
Nordeste	18%	19%	82%	81%
Centro-Oeste	25%	24%	75%	76%
Sudeste	33%	36%	67%	64%
Sul	57%	55%	43%	45%
Norte	14%	15%	86%	85%
Rondônia	26%	26%	74%	74%
Acre	18%	15%	82%	85%
Amazonas	20%	19%	80%	81%
Roraima	19%	26%	81%	74%
Pará	12%	13%	88%	87%
Amapá	10%	16%	90%	84%
Tocantins	14%	12%	86%	88%
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 4º trimestre.				

Feita esta breve contextualização da persistente e preocupante situação de insegurança alimentar e nutricional na região Norte, onde está localizada a maior parte de um dos mais importantes biomas brasileiros, serão apresentados a seguir, na forma de resumos expandidos, alguns aprofundamentos no tema, como forma, também, de melhor subsidiar políticas públicas que possam enfrentar, de forma sustentável e estrutural este grave problema.

Pois, como bem pontuou Delgrossi (2025), o Brasil “encerrou 2024 com uma notícia histórica: o menor nível de pobreza e desigualdade em 30 anos, ao mesmo tempo em que a renda média da população alcançou o maior patamar desde meados da década de 1990. Os dados do IBGE e as análises do IPEA indicam uma recuperação social robusta após anos de instabilidade econômica. Mas, por trás da melhora nacional, há uma realidade menos homogênea... a redução da pobreza não é automática nem garantida. Ela depende de: crescimento econômico com inclusão, políticas de transferência de renda bem estruturadas, e gestão pública eficiente nos níveis federal, estadual e municipal. A experiência da última década deixa uma lição clara: quando políticas sociais são desmontadas ou enfraquecidas, a pobreza avança rapidamente; quando são retomadas com força, os resultados aparecem”.

1. Entre a Escala Nacional e o Território Quilombola: a complexidade da insegurança alimentar e das políticas públicas na Amazônia Paraense – Ana Felicien

A insegurança alimentar e nutricional (InSAN) no Brasil tem sido amplamente analisada por meio de instrumentos nacionais como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar -EBIA- (IBGE 2024) que mensura a experiência domiciliar de restrição alimentar; e por indicadores mais recentes como o Indicador de Risco de Insegurança Alimentar Municipal -CadInsan- (Brasil 2025), que tem como escala territorial de análise o nível de município, com base na população do Cadastro Único .

No entanto, tais instrumentos apresentam limitações importantes quando aplicados a povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, cujas formas de acesso aos alimentos não se restringem à renda monetária, mas envolvem práticas de autoconsumo, extrativismo e redes de reciprocidade (Lopes et al., 2022; Athila; Leite, 2020). A literatura recente tem demonstrado que a InSAN nesses contextos não pode ser compreendida apenas como insuficiência de renda, mas como resultado de processos históricos e estruturais que envolvem desigualdades territoriais, raciais e ambientais (Santos et al., 2024). Ademais, a alimentação é um fenômeno social complexo, que articula dimensões materiais e simbólicas, envolvendo relações de produção, consumo, identidade e territorialidade (Amon; Menasche, 2008; Appadurai, 1981). Nesse segmento das comunidades e Povos tradicionais e agricultores familiares da Amazônia Paraense, os sistemas alimentares, são marcados por uma profunda heterogeneidade, resultante da interação entre práticas agroextrativistas, mercados e políticas públicas, configurando sistemas híbridos que combinam alimentos do território e produtos adquiridos (Mota et al., 2024a; Felicien; Mota; Ghirardi, 2025). Nesse contexto, a transição alimentar caracterizada pelo crescente inserção e consumo de alimentos ultraprocessados; e a redução da agrobiodiversidade, expressam transformações estruturais associadas à perda de acesso a recursos naturais e à intensificação das relações mercantis, das quais, dependem cada vez mais as práticas de provisão, preparo e consumo de alimentos (Felicien; Mota; Ghirardi, 2025).

Diante disso, torna-se necessário problematizar os alcances dos indicadores nacionais de insegurança alimentar, incorporando abordagens que considerem as especificidades territoriais e as práticas cotidianas que sustentam a alimentação nessas comunidades. Assim, o objetivo central é analisar e discutir, a partir de pesquisa etnográfica realizada em comunidades

de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares do Nordeste do Pará (NEP), a situação de InSSN evidenciada por indicadores nacionais, problematizando seus alcances e limites para compreender realidades territoriais específicas.

1.1. Metodologia

A pesquisa articula revisão bibliográfica e trabalho empírico de caráter qualitativo com inspiração etnográfica. A revisão de literatura incluiu estudos sobre segurança alimentar e nutricional, políticas públicas, povos e comunidades tradicionais e sistemas alimentares, com destaque para análises críticas da EBIA e de políticas de transferência de renda (SEGALL-CORRÊA et al., 2008; COTTA; MACHADO, 2013), em diálogo com etnografias sobre práticas alimentares na Amazônia. O trabalho empírico foi realizado entre 2023 e 2025 em diferentes contextos da Amazônia paraense, abrangendo comunidades quilombolas, ribeirinhas, assentadas e de agricultores familiares migrantes nos municípios de Santa Luzia do Pará e Cachoeira do Piriá no Nordeste Paraense, Abaetetuba e Baião na região Baixo Tocantins, e Oeiras do Pará na região do Marajó.

Esses contextos foram selecionados por representarem distintas configurações do rural amazônico, marcadas por diferentes regimes de manejo dos recursos naturais e níveis de inserção em mercados. A produção de dados combinou observação participante, entrevistas abertas e semiestruturadas, caminhadas transversais e grupos focais, permitindo acompanhar in loco as práticas de produção, coleta, preparo e consumo de alimentos, bem como os usos do território, as relações de reciprocidade e as estratégias de acesso a recursos alimentares. O grupo focal foi realizado em uma sessão, em modalidade híbrida, no âmbito do Grupo de Trabalho “Trabalho, cozinha e comidas: contribuições das mulheres para a segurança alimentar na Panamazônia”, concebido como espaço de diálogo entre pesquisa, ativismo e experiências comunitárias de mulheres envolvidas em diferentes etapas do trabalho alimentar. A condução do grupo focal seguiu um roteiro temático orientado à análise das relações entre trabalho, consumo e aprovisionamento alimentar, bem como às transformações nos sistemas alimentares.

A seleção das participantes foi intencional, baseada na articulação com a Rede Bragantina, no conhecimento prévio decorrente do trabalho de campo e na busca por diversidade territorial e de experiências no estado do Pará. O grupo reuniu 15 mulheres vinculadas a organizações comunitárias, reservas extrativistas, comunidades quilombolas e iniciativas acadêmico-sociais, abrangendo diferentes formas de trabalho alimentar e níveis de inserção em mercados. A integração dessas estratégias metodológicas possibilitou a triangulação dos dados, articulando observações etnográficas, narrativas individuais e dinâmicas coletivas. A análise foi orientada pela teoria das práticas sociais (WARDE, 2005), compreendendo a alimentação como um conjunto de práticas que articulam saberes, materiais e significados. Foram realizadas análises temáticas e comparativas entre os diferentes grupos e territórios, permitindo relacionar as dinâmicas cotidianas com processos estruturais mais amplos, como a transformação dos sistemas alimentares, a monetarização das economias rurais e as desigualdades territoriais na Amazônia.

1.2. Resultados

Os resultados evidenciam que, a InSAN nas comunidades e grupos estudados não pode ser reduzida a uma insuficiência de renda, mas resulta da combinação de múltiplos fatores estruturais e territoriais. Em consonância com a literatura, observa-se a redução da base material dos sistemas alimentares locais, associada à diminuição da fertilidade do solo, à restrição de acesso às áreas de extrativismo e às mudanças climáticas, o que impacta diretamente a disponibilidade de alimentos tradicionais (Mota et al., 2024a). Ao mesmo tempo, verifica-se a crescente dependência do mercado para a aquisição de alimentos, especialmente proteínas e produtos antes produzidos localmente, o que evidencia o impacto do regime alimentar corporativo via consumo de alimentos processados e ultraprocessados. De forma que, as dietas

passam a ser influenciadas por cadeias agroindustriais e pela disponibilidade de produtos de baixo custo e alta densidade calórica (Felicien; Mota; Ghirardi, 2025). A venda desses produtos inclusive chega a ser parte dos empreendimentos econômicos de famílias quilombolas, ribeirinhas e assentadas estabelecem pequenos mercadinhos nas suas casas disponibilizando na comunidade o acesso a produtos processados e ultraprocessados, que são adquiridos via compra facilitada pelas políticas de transferência de renda, principalmente Bolsa Família e aposentadorias, como indica o seguinte relato de uma mulher vendedora de frango congelado na comunidade de Camiranga: “O meu filho pega de moto... ele talvez traga 20, 30 quilos, mas só em um dia. Aqui tem muito peixe, tem galinha caipira, mas olha as pessoas gostam de frango, é pra variar... é todo dia, quando vende bem, tem que trazer todo dia, seis dias. [Ele] sai daqui cinco horas da manhã porque o pessoal quer cedo, né? ...o pessoal que recebe por mês, paga no fim do mês. aí os outros é na hora, só que fiado é mais caro. Entendeu? A vista é mais barata, tem que ser, né?” (G.S., 56 anos, agricultora e vendedora- Camiranga)

Entretanto, os dados etnográficos mostram que o acesso aos alimentos não se limita à compra. Práticas como o cultivo em roças e quintais, a pesca, o extrativismo e as redes de troca e reciprocidade continuam desempenhando papel fundamental na segurança alimentar, corroborando estudos que destacam a centralidade do autoconsumo e das redes sociais na garantia do alimento em comunidades tradicionais (Santos et al., 2024). Essas dimensões, contudo, não são captadas por indicadores baseados na renda, como a EBIA, que pressupõem a aquisição monetária de alimentos (Lopes et al., 2022). Além disso, as mulheres desempenham papel central na articulação dessas práticas, sendo responsáveis pela produção, gestão e preparo dos alimentos, bem como pela mediação entre recursos monetários e não monetários. Esse trabalho, embora fundamental para a reprodução da vida, permanece amplamente invisibilizado nas análises quantitativas e nas políticas públicas (Mota et al., 2024b).

No que se refere às políticas públicas, identificam-se dois conjuntos principais. O primeiro corresponde às políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família e as aposentadorias rurais, cujo efeito sobre a segurança alimentar é heterogêneo; por um lado tais políticas podem estar associadas ao aumento do consumo de alimentos de baixo valor nutricional (Cotta; Machado, 2013), mas como observado no trabalho de campo, também desempenham papel fundamental como recursos utilizados para o fomento das atividades produtivas como refere o seguinte relato: “Depois que eu me aposentei, eu disse, eu vou pagar. Aí eu pago para botar uma linha de roça para mim... E assim que eu faço, eu vou usufruindo dali, porque quando eu receber, eu não vou tirar da minha aposentadoria para me pagar, eu já vou tirar da própria [farinha]. Para mim começar, eu gastei da minha aposentadoria, mas só para iniciar... hoje eu já estou colhendo de lá mesmo (E.D.S 61 anos, agricultora - Camiranga).

Por outro lado, as políticas públicas de mercado institucional, como o PAA e o PNAE, têm potencial para fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar ao articular produção local e demanda pública, gerar renda e dinamizar economias territoriais (Silva; Barim; Murta-Nascimento, 2025; Machado; Silva, 2025). Em comunidades tradicionais amazônicas, também podem valorizar sistemas alimentares locais e saberes culturais (Mardegan et al., 2026). Contudo, a literatura aponta limitações como implementação desigual, entraves burocráticos, dificuldades logísticas e baixa capilaridade em territórios isolados, além da inadequação às especificidades socioculturais locais (Tavares et al., 2025; Lima; Grisa, 2025). Nos quilombos estudados, observam-se diferenças significativas na implementação dessas políticas. Dependendo do município e das articulações políticas em escala local, as comunidades participam (ou não) de programas como o PAA e o PNAE. No quilombo Camiranga, localizado no município de Cachoeira do Piriá, por exemplo, o PNAE não incorpora a produção local e o PAA não foi implementado. Do mesmo modo, PAA e PNAE estão ausentes na comunidade de Novo Tesouro em Baião. Em contraste, nos quilombos Jacarequara e Pimenteiros, no município

de Santa Luzia do Pará, alguns agricultores participam do PAA. Essas diferenças evidenciam a heterogeneidade da implementação dessas políticas, especialmente no caso de povos e comunidades tradicionais.

Em contraste, na Reserva Extrativista Arióca Pruanã, a comunidade encontra-se articulada a movimentos sociais, integrando o Conselho Nacional dos Povos Extrativistas (CNS), bem como a uma rede de instâncias governamentais e não governamentais. A Resex localiza-se no município de Oeiras do Pará e caracteriza-se por sistemas produtivos ribeirinhos baseados na articulação entre agricultura e extrativismo, nos quais atividades como cultivo, coleta e manejo da vegetação são indissociáveis e estruturam a reprodução social das famílias locais (Silva Junior; Santos; Sablayrolles, 2013). Como ilustra o relato a seguir, a produção é distribuída tanto no âmbito comunitário quanto no município, por meio de redes locais e de programas e políticas públicas: “Eu sou da RESEX Arioca Pruanã, da Associação dos Moradores da RESEX Arioca Pruanã (AMOREAP), e aqui a gente produz alimentos como abóbora, quiabo, melancia, macaxeira e farinha. Essas plantações são feitas coletivamente, tanto por mulheres quanto por homens, dentro da área de manejo florestal, a gente também organiza a distribuição desses alimentos. No distrito de Esperança tem oito comunidades, organizadas em equipes da Pastoral, e todas recebem esses produtos. Além disso, outras comunidades da região, ao todo cerca de doze, também são atendidas. Parte da produção é destinada à cidade de Oeiras do Pará, onde os alimentos são distribuídos para famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas acompanhadas pela Pastoral da Criança.” (M.N., 48 anos, mulher, extrativista).

No entanto, no contexto dos assentados e de agricultores familiares migrantes, as mudanças climáticas têm impactado diretamente a produtividade e as colheitas. Apesar disso, as políticas públicas ainda não contemplam programas específicos voltados às perdas e danos causados por secas e enchentes cada vez mais frequentes, como observado no trabalho de campo em Baião onde os produtores familiares têm perdido safras de alimentos e dependem cada vez mais, da compra. De modo geral, as políticas ambientais permanecem centradas na conservação da floresta e nos mercados de carbono, sem articulação direta com a segurança alimentar, embora a InSAN tenha sido reconhecida como um dos principais riscos associados às mudanças climáticas (Hagen et al., 2022). Nesse contexto, estratégias de ativismo institucional têm se mostrado fundamentais para superar entraves burocráticos e ampliar o acesso a esses programas atendido (Lima; Grisa, 2025). No entanto, essas iniciativas alcançam uma parcela do público atendido. Assim, os resultados indicam que os sistemas alimentares das comunidades aqui indicadas são marcados pela hibridez, combinando produção local, mercado e políticas públicas, em um processo dinâmico e contraditório que não pode ser plenamente apreendido por indicadores nacionais padronizados.

1.3. Conclusão

A análise evidencia que, embora os indicadores nacionais de InSAN sejam fundamentais para a formulação de políticas públicas e para a visibilização da fome em escala nacional, eles apresentam limites significativos para compreender a complexidade das realidades territoriais. Ao privilegiarem a renda monetária como principal variável explicativa, tais instrumentos tendem a invisibilizar dimensões centrais da segurança alimentar nesses contextos, como o acesso ao território, as práticas de autoconsumo, as redes de reciprocidade e o trabalho de cuidado, especialmente desempenhado pelas mulheres.

Os dados etnográficos demonstram que a segurança alimentar nas comunidades tradicionais e de agricultores familiares é produzida cotidianamente por meio de múltiplas estratégias que articulam produção, mercado e políticas públicas, revelando a necessidade de abordagens analíticas que integrem essas dimensões. Nesse sentido, a incorporação de métodos qualitativos e etnográficos é fundamental para complementar os indicadores quantitativos,

permitindo captar a diversidade de experiências e práticas que estruturam os sistemas alimentares locais (Athila;Leite, 2020). Argumenta-se, portanto, que a compreensão da InSAN na Amazônia Paraense exige uma abordagem multiescalar e relacional, que articule proteção social, produção territorial e sistemas alimentares, superando uma leitura estritamente monetária e reconhecendo a centralidade das práticas cotidianas na reprodução da vida.

2. Entre os Alimentos Possíveis¹: o dia a dia de mulheres contra a insegurança alimentar em comunidades quilombolas do Pará - Dalva Maria da Mota²

Contatos com mulheres quilombolas em Santa Luzia do Pará, Capitão Poço e Cachoeira do Piriá mostraram a preocupação constante com a escassez de produtos das roças, das matas e das águas nos quilombos onde vivem. Não obstante, elas atuam continuamente para dotar de alimentos os seus domicílios, quer seja pela produção e pela coleta, quer seja pela venda do que produzem ou ainda pelo uso de recursos de políticas públicas, mantendo um conjunto de atividades sob sua responsabilidade no âmbito tanto da produção quanto da reprodução. Portanto, as mulheres quilombolas são, em geral, as principais detentoras dos conhecimentos sobre a produção de alimentos e suas formas de preparo, por sua condição de responsáveis pelos cuidados da família (Mota; Siliprandi; Pacheco 2021, p. 22).

Como indicam Turner *et al.* (2022), as práticas diárias de provisão, como plantar, coletar, transformar e distribuir alimentos, são fundamentais para garantir a alimentação dos domicílios, manter relações socioculturais e ecológicas e produzir margens de autonomia no mercado. Ao mesmo tempo, conforme Figueroa (2015), é no cotidiano que se expressam e se tensionam as contradições do sistema alimentar, evidenciando que a alimentação é uma modalidade por meio da qual se vive e se negocia o

capitalismo. Nesse sentido, a análise das atividades cotidianas permite compreender a complexidade das dinâmicas que configuram a segurança alimentar, marcadas pela articulação entre gênero, trabalho e desigualdades estruturais. Assim, mesmo sendo protagonistas na produção e na reprodução da vida, as mulheres quilombolas da Amazônia seguem enfrentando altos níveis de insegurança alimentar.

Considerando a problemática, o objetivo desta comunicação é analisar o dia a dia de mulheres quilombolas na luta contra a insegurança alimentar, destacando a sua atuação para obter alimentos em um contexto de restrições econômicas e climáticas em cinco comunidades quilombolas do Pará. O debate teórico tratou dos conceitos de segurança alimentar e nutricional (SAN), comida e alimentação, transição alimentar e mudança climática.

2.1. Metodologia

A pesquisa ocorreu nos quilombos Jacarequara, Tipitinga e Pimenteiras (Santa Luzia do Pará), Narcisa (Capitão Poço) e Camiranga (Cachoeira do Piriá) entre 2023 e 2025 com um total de 72 mulheres. A pesquisa foi predominantemente qualitativa por meio de estudos de caso com observações, entrevistas (abertas e semiestruturadas), grupos focais e caminhadas transversais. Nos cinco quilombos, a economia local é de base familiar com diferentes atividades para viabilizar a reprodução social. As principais atividades são a agricultura nas roças (mandioca, açaí, feijão, arroz e milho) e nos quintais (frutas, hortaliças, ervas etc.), o extrativismo animal (caça e pesca), o extrativismo vegetal (açaí e murumuru) e a criação de

¹ A inspiração para o uso da expressão surgiu por ocasião de uma fala da pesquisadora Islândia Bezerra ao se referir à complexidade do consumo que, muitas vezes, é pressionado pelo que “é acessível” em termos de preço, oferta, preferência, entre outras condicionantes.

² O texto trata de cinco quilombos, dois dos quais foram analisados em um capítulo elaborado para um livro que será lançado pela Rede PENSSAN, cujas autoras são: Dalva Maria da Mota, Ana Felicien, Quimera de Moraes Peixoto e Maria Fatiane Araújo Reis.

pequenos animais. Para a sistematização e a interpretação dos dados e das informações das entrevistas, foram feitas análises horizontais e verticais (Michelat, 1987), contrapostas às anotações sobre as paisagens e a alimentação nos diários de campo. À luz da literatura, os diferentes conteúdos foram agrupados em grandes temas.

2.2. Resultados

Os principais resultados mostram que as mulheres quilombolas transitam sozinhas, em grupos de familiares e de vizinhos em diferentes espaços para a obtenção de alimentos, com destaque para as roças, as matas, os rios, igarapés e pontos comerciais dos quilombos e das sedes dos municípios onde vivem. Nas roças, de 0,3 a 1 ha, as mulheres têm inserções diferenciadas que variam entre ter uma roça e só participar do plantio, por exemplo. Há diferentes combinações de cultivos que incluem os alimentos do dia a dia (mandioca, feijão e legumes) e as fruteiras nas laterais. A mandioca, destinada à produção de farinha, que se come tanto nas refeições como nos lanches com frutas e em mingaus, é de grande importância, porque garante um alimento versátil e alternativo. Entretanto, o volume de trabalho e o baixo retorno econômico são apontados como causas de desestímulo de sua produção. Reconhecidamente, as roças diminuem a cada ano, em decorrência da impossibilidade de pousio, da infertilidade do solo e da imprevisibilidade de chuvas, como relatou uma entrevistada: “A terra também está fraca e agora com esse tempo de muita chuva e sol, a roça em alguns pontos morre por conta da terra fraca e de muito mato também” (M. S. N. L., 43 anos, agricultora, quilombo Tipitinga). Diferentemente das roças, os quintais intensificam-se.

Sob a responsabilidade das mulheres, essas áreas mais próximas das moradias apresentam uma grande variedade de espécies cultivadas, a maioria delas fruteiras, hortaliças, medicinais e ornamentais. Os quintais também abrigam galinheiros e chiqueiros; em alguns casos, é onde se encontra a casa de farinha. É do quintal que vem a maioria dos produtos que as mulheres de Pimenteiras e Jacarequara comercializam no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – na maior parte, espécies frutíferas. Os quintais são lugares de muitos encontros entre a família e visitantes.

As matas, já mais distantes das moradias e utilizadas tradicionalmente como áreas de extrativismo, estão cada vez mais pressionadas pelos monocultivos nos arredores dos cinco quilombos. Sua relevância para a obtenção de animais, cujas carnes compõem algumas refeições, tem diminuído. As mulheres dos quilombos Jacarequara e Pimenteiras praticam o extrativismo do murumuru, cujas amêndoas são vendidas à Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares entre os Rios Caeté e Gurupi (Coomar) para serem negociadas com a Natura, uma das maiores empresas da indústria cosmética do país (Felicien; Mota, 2025). Açaí e cipós têm importância em todos os grupos, mas o calor exaustivo tem comprometido a oferta dos recursos nos cinco quilombos.

Apesar do processo de desapossamento em curso em todos os quilombos, devido à expansão de fazendas no interior dos territórios titulados, os rios e igarapés fornecem um dos alimentos mais apreciados nos cinco quilombos: o peixe. Com diferentes apetrechos, as mulheres fazem da pesca um momento de sociabilidade e, posteriormente, de doação, de reciprocidade por meio da partilha dos peixes. A pesca é mais do que a busca de alimento. Um aspecto interessante é que muitas aproveitam o momento em que estão no rio lavando louças ou roupas para iscar as garrafas e deixá-las à espera da captura, enquanto realizam outras tarefas. Dessa forma, no cotidiano das mulheres, as tarefas produtivas, como a pesca, entrelaçam-se com as tarefas de cuidado nos espaços de uso comum. Com relação à pesca, cabe ressaltar que, não obstante a importância da atividade, há evasão de peixes em virtude do aquecimento das águas de igarapés e rios e da diminuição pela concorrência com terceiros.

Em se tratando do extrativismo, a diminuição das áreas afeta a disponibilidade dos alimentos obtidos pelas práticas de coleta, caça e pesca. Essas atividades, juntamente com os

momentos de lazer e partilha, eram realizadas antigamente nas áreas de uso comum, como aponta o seguinte relato de uma moradora de Camiranga: “A gente ia pescar, a gente saía daqui, para os banhos, assim, fim de semana para comer um peixe assado lá... E a gente ia, comia, pescava, comia peixe assado, quando era de tarde. Isso era uma rotina muito boa, era um lazer... Para caçar não é mais permitido mais... Já estão pescando para cá” (M. F., agricultora e professora aposentada, quilombo Camiranga).

Em todas as entrevistas, constata-se que há aumento da dependência da compra de alimentos para o provisionamento da família. As compras ocorrem nas vendas situadas nas comunidades e nas sedes municipais. Os recursos para tais compras vêm da venda de produtos locais (farinha e murumuru, principalmente) e dos recursos de políticas públicas (aposentadoria, Bolsa Família e PAA).

No geral, as mulheres são as responsáveis e equilibram necessidades, preferências dos diferentes membros da família e disponibilidade de dinheiro. No conjunto das compras, a diversidade de fontes de proteínas e sua escassez nos quilombos chamam a atenção pelas razões já citadas, mas também estão ligadas ao desejo de consumir alimentos diferentes, conforme relatou uma das mulheres entrevistadas: “Às vezes a gente quer comer uma comida diferente, igual uma carne, frango, calabresa ou fígado”. Nos cinco quilombos, existem mercearias com produtos como miojo, mortadela, calabresa, salsicha, sardinha e ovos. Muitas mulheres relataram que recorrem a esses estabelecimentos para comprar esses tipos de alimento para variar. Outras o fazem apenas quando não há nenhuma comida em casa, enquanto outras compram porque gostam de consumi-los.

As diferentes dinâmicas de acesso aos recursos têm em comum o aumento da escassez, conformando um quadro marcado por um passado em que predominavam alimentos *in natura*, como mandioca, farinha, peixe, feijão, frutas e carnes do extrativismo e hortaliças, principalmente as produzidas nas comunidades. Isso reflete a base tradicional dos sistemas alimentares quilombolas, articulada à produção doméstica e ao saber culinário das mulheres. Contudo, o aumento da escassez, as idas e vindas mais frequentes para agrupamentos urbanos e a disponibilidade de recursos facilitam a compra de outros produtos e caracterizam um presente em que há maior consumo de alimentos ultraprocessados, como biscoitos, embutidos e macarrão instantâneo, e compra de alimentos *in natura* que antigamente faziam parte da agrobiodiversidade, como arroz, feijão e temperos.

A interconexão entre os alimentos do passado que persistem e os do presente que se ampliam formam um quadro de transição alimentar que expressa mudanças não apenas econômicas, mas também simbólicas e de gênero: as mulheres, responsáveis pelo preparo e pelo abastecimento doméstico, negociam cotidianamente, de um lado, o valor do “alimento de casa” e a praticidade e, de outro, o *status* dos produtos industrializados, que evidenciam as influências do sistema alimentar corporativo nessas comunidades tradicionais. Estudos sobre segurança alimentar em comunidades quilombolas no Pará associam esgotamento de recursos, maior dependência da compra e de dinheiro para aquisição de alimentos, o que configura o acima referido processo de transição alimentar (Mendes, 2006; Mota *et al.*, 2024; Nascimento; Guerra, 2016) com implicações na redução da diversidade no campo e no prato. Como afirmou uma entrevistada do quilombo Narcisa: “Aí, eu, eu, eu me sinto, eu não me sinto feliz de ser só da taberna. Porque, já pensei agora no jeito que está, caro as coisas, que está só comprando, só comprando” (B. L. dos S., 90 anos, agricultora, quilombo Narcisa).

Assim, as práticas alimentares cotidianas constituem um processo social em constante mudança, marcado tanto por permanências ligadas à tradição quanto por ressignificações próprias da modernidade alimentar (Gazola; Viecelli, 2020, p. 501). Todas essas situações representam maior peso do trabalho para as mulheres que, mediante as dificuldades, são afetadas emocionalmente pela preocupação com a alimentação da família, predominantemente

sob sua responsabilidade, mas também pela necessidade de obtenção de dinheiro para compras que suprirão a falta dos produtos locais. Para além da obtenção dos alimentos, as mulheres devem tecer a arte de juntar alimentos e ter comida para todos. Mesmo assim, há dedicação cotidiana à obtenção de alimentos nas roças, quintais, matas, águas e mercado.

2.3. Considerações Finais

A pesquisa constatou a diminuição de produtos oriundos da agricultura e do extrativismo (animal e vegetal) em decorrência da pressão sobre os recursos, da diminuição da fertilidade do solo, da expansão de monocultivos, da redução do acesso a matas e das consequências das mudanças climáticas com secas e chuvas mais severas (Mota *et al.*, 2024). Recai sobretudo nas mulheres a responsabilidade pela obtenção e pela gestão dos alimentos, que vêm das roças, das matas, das águas e dos mercados. Nas três primeiras fontes, há alimentos culturalmente valorizados, como farinha, peixe e açaí, entre outros. A aquisição de alimentos no mercado ocorre quando já não são produzidos (arroz e feijão) e quando não mais são coletados em razão da escassez (frutas e proteínas). A aquisição depende da disponibilidade local e privilegia bolachas, pães, mortadela, calabresa e miojo.

A análise das atividades cotidianas permite compreender a complexidade das dinâmicas que configuram a segurança alimentar, evidenciando que a intensificação do trabalho das mulheres ocorre simultaneamente à redução da base material que sustenta os sistemas alimentares tradicionais, devido à pressão sobre os territórios, às mudanças climáticas e à crescente dependência do mercado. As mulheres, ao articularem múltiplas estratégias entre roça, quintal, extrativismo e compra, operam na interface entre diferentes regimes alimentares, negociando permanentemente entre o “alimento de casa” e os produtos industrializados. Assim, os quilombos configuram sistemas alimentares locais híbridos, em que as mulheres sustentam, por meio de seu trabalho produtivo e reprodutivo, a continuidade de um modelo agroalimentar diverso e relacional, mesmo diante da expansão dos circuitos industriais e mercantis.

3. Insegurança Hídrica e Insegurança Alimentar - Mauro Eduardo DelGrossi

A região amazônica é reconhecida mundialmente pela sua abundância de água doce. A água é tão importante na região, que inclusive constitui a principal via das populações locais para circulação regional com a navegação fluvial. Apesar desta abundância de água, paradoxalmente os habitantes sobrevivem muitas vezes com forte insegurança hídrica em seus domicílios. Esses foram os resultados apresentados pelo II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19, promovido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN, 2022), que revelou que entre as famílias da população da região Norte com insegurança hídrica, 68% delas viviam em condições de insegurança alimentar moderada ou grave, situação menos comum nas famílias que tinham segurança hídrica (40%).

Em um estudo na região, Menezes da Mata (2023), demonstrou que no Amazonas, o problema não é a falta de água, mas a falta de água segura, tratada e distribuída de forma adequada, o que gera insegurança hídrica e contribui para a insegurança alimentar. Seus resultados indicaram problemas recorrentes na qualidade da água distribuída, com presença de contaminação microbiológica, parâmetros físico-químicos fora do padrão de potabilidade e falhas no monitoramento da água em diversos municípios. A precariedade do saneamento, a desigualdade regional e a baixa cobertura de serviços públicos são fatores centrais dessa problemática, caracterizando a situação como um grave problema de saúde pública.

O abastecimento de água no estado do Amazonas ocorre por diferentes formas, incluindo a rede geral de abastecimento, poços, fontes alternativas como rios, igarapés e cacimbas, além de sistemas simplificados de abastecimento. Apesar da grande disponibilidade

de água doce na região amazônica, o acesso à água tratada é desigual e insuficiente, especialmente nos municípios do interior e nas comunidades rurais e ribeirinhas. Muitos domicílios dependem de fontes alternativas sem tratamento adequado, o que aumenta os riscos, compromete o preparo de alimentos, aumenta a ocorrência de doenças de veiculação hídrica, afeta o estado nutricional e amplia a vulnerabilidade social sanitários (MENEZES DA MATA, 2023).

3.1. Metodologia

Numa parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Universidade de Brasília, por meio do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (Cegafi), está em curso uma pesquisa em comunidades rurais de quatro estados da região (Amazonas, Amapá, Acre e Pará), entrevistando mais de 1300 famílias, investigando as inseguranças hídrica e alimentar associadas ao programa público de cisternas que começa a ser implantado na região.

Para aferição da insegurança alimentar está sendo utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), e para aferir a insegurança hídrica a Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica (HWISE).

3.2. Resultados

A coleta de dados já foi finalizada e os dados estão em processamento. Os principais resultados serão apresentados no Congresso da SOBER, durante esta SORG, quando as análises já terão sido concluídas.

3.3. Considerações Finais

Na região amazônica a insegurança hídrica e a insegurança alimentar coexistem de forma crônica, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, pobreza e desigualdade regional. A população estudada apresenta forte vulnerabilidade socioeconômica, com participação significativa em programas de transferência de renda, o que reforça a importância das políticas públicas de proteção social para reduzir a insegurança alimentar e hídrica. O Programa Cisternas tem potencial relevante para a redução da insegurança alimentar, especialmente em suas formas mais graves, integrando o conjunto de políticas públicas regionais.

Referências Bibliográficas

ATHILA, A.; LEITE, M. S. A medida da fome: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 10, 2020.

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 33, n. 1, p. 54–60, 2013.

DELGROSSI, M.E. **Brasil avança contra a pobreza, mas grandes capitais ainda sentem o peso da desarticulação das políticas sociais - 2015 a 2024**. Instituto Fome Zero (IFZ), dezembro de 2025. <https://ifz.org.br/brasil-avanca-contr-a-pobreza-mas-grandes-capitais-ainda-sentem-o-peso-da-desarticulacao-das-politicas-sociais/>. Acesso em 17 de março de 2026.

FELICIEN, A.; MOTA, D. M. da. O tucumã em movimento: extrativismo e ativismo de mulheres na ilha de Cotijuba, Pará. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 40, e40033, p. 1-20, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/40033/2025>.

FELICIEN, Ana; MOTA, Dalva; GHIRARDI, Nazaré Reis. Raízes apreciadas no Norte: mudanças na produção e consumo em cinco comunidades quilombolas na Amazônia Oriental. **Revista NERA**, v. 28, n. 4, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-675520252811033>

FIGUEROA, M. Food sovereignty in everyday life: toward a people-centered approach to food systems. **Globalizations**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 498-512, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/14747731.2015.1005966>.

GAZOLLA, M.; VIECELLI, P. Refeições e comportamentos à mesa: um estudo a partir de consumidoras urbanas. **Redes**, v. 25, n. 2, p.: 482-505, maio-ago. 2020.

GRAZIANO DA SILVA, J.; MAGRO, J.P. **Insegurança alimentar no Brasil e na Amazônia Legal: o que mudou entre 2023 e 2024**. Instituto Fome Zero (IFZ), 12 de outubro de 2025. <https://ifz.org.br/inseguranca-alimentar-no-brasil-e-na-amazonia-legal-o-que-mudou-entre-2023-e-2024/>. Acesso em 17 de março de 2026.

HAGEN, Isabel.; HUGGEL, Christian.; RAMAJO, Laua.; CHACÓN, Noemí.; OMETTO, Jean. P.; POSTIGO, Julio. C.; CASTELLANOS, Edwin. J. Climate change-related risks and adaptation potential in Central and South America during the 21st century. **Environmental Research Letters**, v. 17, n. 3, p. 033002, 2022.

LIMA, C.; GRISA, C. Ativistas institucionais e empreendedores de políticas públicas na construção e atuação da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas – CATRAPOA. **Caderno CRH**, v. 38, p. e025022, 2025.

LOPES, A. F. et al. Escala brasileira de insegurança alimentar: proposta adaptada para povos e comunidades tradicionais. **Demetra**, v. 17, 2022.

MACHADO, G.; DA SILVA, L. M. C. Contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar no Brasil (2015–2025): Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 7, 2025.

MARDEGAN, A. M. et al. Segurança alimentar e proteção biocultural: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos na Terra Indígena Sororó. **Novos Cadernos NAEA**, v. 28, n. 4, 2026

MENDES, P. M. **Segurança alimentar em comunidades quilombolas: estudo comparativo de Santo Antônio (Concórdia do Pará) e Cacau (Colares)**, Pará. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MENEZES DA MATA, M. **Insegurança alimentar e insegurança hídrica domiciliar em populações ribeirinha da bacia hidrográfica do Amazonas, Brasil, no contexto da pandemia de Covid-19**. São Paulo, 2023 (Tese de Doutorado).

MEZA, J. **Brasil voltou a sair do mapa da Fome**. O Estado de São Paulo, São Paulo – SP, 04 de agosto de 2025.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MOTA, D. M. da; FELICIEN, A.; PEIXOTO, Q. de M.; GHIRARDI, N. R. Comida de hoje, comida de ontem em quilombos na Amazônia Oriental do Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 62, n. 3, e283292, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.283292>.

MOTA, D. M. da; SILIPRANDI, E. S.; PACHECO, M. E. L. Introdução: Biodiversidade, cultura alimentar e agroecologia: reflexões sobre as contribuições das mulheres rurais para a soberania e segurança alimentar e nutricional. In: MOTA, D. M. da; SILIPRANDI, E. S.;

PACHECO, M. E. L. (ed.). **Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero**. Brasília, DF: Embrapa, 2021. p. 21-34.

MOTA, D. M.; FELICIEN, A.; DELGROSSI, M. E.; BALSADI, O. V. Entre a megadiversidade e a insegurança alimentar na Amazônia Oriental: a alarmante situação do estado do Pará. **Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 10, p. e25231, 2024.

NASCIMENTO, E. C.; GUERRA, G. A. D. Quintais multifuncionais: a diversidade de práticas produtivas e alimentares desenvolvidas pelas famílias da comunidade quilombola do Baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. **Revista IDEAS**, 8(2), 7-40. 2016.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. Fundação Friedrich Ebert, São Paulo, 2022.

SANTOS, L. O. dos et al. A insegurança alimentar e nutricional entre povos tradicionais no Brasil: uma revisão de escopo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 31, 2024.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 21, supl., p. 39s–51s, 2008.

SILVA JUNIOR, Amintas Lopes; SANTOS, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães; SABLAYROLLES, Maria das Graças Pires. O amálgama floresta e agricultura na reserva extrativista Arióca Puanã. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, 2013.

SILVA, V. C. da; BARIM, E. M.; MURTA-NASCIMENTO, C. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para o fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: revisão integrativa. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 35, p. e350106, 2025.

TAVARES, A. L. C. et al. Desafios na articulação entre agricultores familiares e gestores municipais no fornecimento de alimentos ao PAA e PNAE: um estudo de caso. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 20, p. e84935-e84935, 2025.

TURNER, K. L.; IDROBO, C. J.; DESMARAIS, A. A.; PEREDO, A. M. Food sovereignty, gender and everyday practice: the role of Afro-Colombian women in sustaining localised food systems. **The Journal of Peasant Studies**, [s. l.], v. 49, n. 2, p. 402-428, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2020.1786812>.